

Porto Alegre, 14 de agosto de 2026.

OFÍCIO N.º 088/2026

Gabinete da Secretaria de Planejamento,
Governança e Gestão

Entrada em: 17/08/2026

Assinatura: Carolima Almeida

CÓPIA

Assunto: Solicitação de esclarecimentos, retificação de erro material e orientações sobre a revisão periódica do Adicional de Penosidade no âmbito da Secretaria da Saúde (SES/RS).

O Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul – SINTERGS, por intermédio de sua Diretoria, vem, respeitosamente por meio deste, com base nos direcionamentos de nossa Assessoria Jurídica, requerer informações, esclarecimentos e providências acerca da aplicação da Nota Orientativa DG/SES nº 02/2026 e subseqüentes orientações expedidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria da Saúde (DGP/SES/RS) relativas à revisão administrativa periódica das designações do adicional de penosidade.

De início, destaca-se que se reconhece que a percepção do adicional de penosidade está vinculada ao efetivo exercício de atividades especiais e ao atendimento contínuo dos pressupostos legais e regulamentares previstos na Lei Estadual nº 16.165/2024, no Decreto Estadual nº 57.978/2025, na Instrução Normativa SPGG nº 02/2025 e na Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994 (arts. 108 e 109). Nesse contexto, a aferição e o controle da permanência dessas condições **são prerrogativas da Administração Pública.**

Entretanto, preliminarmente, aponta-se a existência de equívoco formal na fundamentação da referida Nota Orientativa nº 02/2026-DG/SES, que faz menção incorreta ao Decreto nº 57.987/2025 em vez do Decreto nº 57.978/2025. Solicita-se a devida e formal retificação do texto normativo, a fim de garantir a estrita precisão e segurança jurídica aos atos praticados.

Além disso, considerando o impacto direto e imediato que os procedimentos de revisão podem ocasionar na remuneração dos servidores públicos estaduais representados pelo SINTERGS, bem como a alteração e prorrogação dos prazos operacionais (como a fixação do período de 01/08/2026 a 09/11/2026), faz-se indispensável que esta

Almeida

Subsecretaria de Gestão de Pessoas preste os devidos esclarecimentos sobre os seguintes aspectos e critérios objetivos do procedimento:

1. **CrITÉrios Objetivos de AferiÇão:** Quais critérios técnicos e objetivos serão aplicados para verificar a manutenção das condições penosas das atividades, em especial nas áreas de assistência, vigilância em saúde e trabalho em laboratório?
2. **Exigências Documentais e Retroatividade:** Qual a exata finalidade e fundamentação legal para a exigência de documentos comprobatórios retroativos (tais como relatórios mensais de atividades de campo do período de concessão e escalas de trabalho)?
3. **Procedimento Administrativo e Contraditório:** Como será assegurada a comunicação prévia, individualizada e o exercício do contraditório/ampla defesa do servidor antes de eventual decisão de revogação ou supressão da vantagem?
4. **Competência e Uniformidade:** Quais autoridades serão competentes para a validação final das informações do Formulário de Revisão e como será garantida a padronização das decisões entre os diferentes setores, Unidades e Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs)?
5. **Revisão Geral e Isonomia:** Qual o motivo pelo qual o procedimento não abrange também a revisão per dica de servidores que desempenham atividades de idêntica natureza penosa, mas que ainda não recebem a gratificação?

Ademais, suscita-se relevante d vida e preocupação acerca da regularidade da condução e execução desta revisão administrativa durante o corrente período eleitoral. Trata-se de saber se a reavaliação de critérios com potencial redução ou supressão de parcelas remuneratórias dos servidores públicos – sem que tenha havido alteração nas atribuições do cargo ou nas condições de trabalho – guarda compatibilidade com as vedações e garantias estipuladas pela legislação eleitoral (notadamente a Lei Federal n  9.504/1997, art. 73, V), que veda adequações de pessoal e supressões de direitos que possam configurar perseguição, readequação injustificada ou alteração funcional/remuneratória em ano eleitoral. Fundamenta-se tal questionamento no dever de obediência aos princípios da impessoalidade, segurança jurídica e irretroatividade, evitando-se que a revisão administrativa no curso do pleito eleitoral gere insegurança jurídica ou atos passíveis de nulidade.

Aluno



Diante do exposto, solicitamos manifestação formal desta SUGEP/SPGG quanto aos pontos questionados e a adoção de providências para a padronização, transparência e retificação formal das orientações expedidas.

Atenciosamente,

Priscilla Lunardelli
Diretora 2ª Vice-presidente
Sintergs

Ilma Sra.
Paula Roberta Moraes Dias Caffarate
Subsecretária de Gestão de Pessoas – SUGEP/SPGG